Sumário

CAPÍTULO 1

A QUESTÃO AMBIENTAL GLOBAL 1

1. ENCRUZILHADA AMBIENTAL GLOBAL 2
2. ESCASSEZ DOS RECURSOS NATURAIS 4
3. IMPASSE DO PARADIGMA CAPITALISTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO 6
4. A INTERNACIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL E AS NAÇÕES UNIDAS 7
5. O IMPACTO DO AQUECIMENTO GLOBAL 9
6. A CONSTRUÇÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16
7. O PROJETO MILÊNIO DAS NAÇÕES UNIDAS E A SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE 19
8. PANORAMA DA BIODIVERSIDADE GLOBAL NO SÉCULO XXI E A FORÇA-TAREFA DA ONU SOBRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL 21
9. O BRASIL E SUA IMPORTÂNCIA NA QUESTÃO AMBIENTAL GLOBAL 24
10. PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO BRASIL – INDICADORES 29

CAPÍTULO 2

A PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS 35

1. O MEIO AMBIENTE NA DIMENSÃO DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS 35

2. DIMENSÃO INDIVIDUAL DOS DIREITOS HUMANOS 36

3. DOS DIREITOS INDIVIDUAIS AOS DIREITOS SOCIAIS 39

4. OS DIREITOS SOCIAIS AOS DIREITOS METAINDIVIDUAIS 40

5. O MEIO AMBIENTE COMO UM DIREITO METAINDIVIDUAL DE TERCEIRA DIMENSÃO 43

6. O MEIO AMBIENTE COMO UM DIREITO HUMANO 45

CAPÍTULO 3

CONSTRUÇÃO NORMATIVA DA PROTEÇÃO JURíDICA INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE 47

1. CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE MEIO AMBIENTE HUMANO - ESTOCOLMO - 1972 47

1.1. Temática central da Conferência de Estocolmo 48

1.2. Declaração de Princípios de Estocolmo 52

1.3. Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA 58

1.4. Principais resultados da Conferência de Estocolmo 59

2. CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO NO RIO DE JANEIRO (CNUMAD) - A RIO/92 60

2.1. Declaração de Princípios da RIO/92 63

2.2. RIO/92 e a Agenda 21 71

2.3. Agenda 21 brasileira 74

2.4. Declaração de Princípios sobre Florestas 76

3. CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA 77

4. CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA 82

4.1. O Protocolo de Quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo 87

4.2. 15ª Conferência das Partes da ONU - Copenhague (Dinamarca) 91

4.3. Brasil e a Política Nacional sobre Mudança do Clima 95

5. CÚPULA MUNDIAL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOHANNESBURGO – RIO + 10 97

CAPÍTULO 4

A CONSTRUÇÃO NORMATIVA DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO 101

1. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA ANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 101
2. NORMATIVIDADE AMBIENTAL – FASE INICIAL 102
   2.1. Referências ambientais na legislação do Período Colonial 103
   2.2. Referências ambientais na legislação do Período Republicano 103
3. NORMATIVIDADE AMBIENTAL – FASE INTERMEDIÁRIA E DE CODIFICAÇÃO 105
4. NORMATIVIDADE AMBIENTAL – FASE PÓS-ESTOCOLMO 107
5. FASE HOLÍSTICA DA NORMATIVIDADE AMBIENTAL 109
6. MARCO JURÍDICO DE GESTÃO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL 113

CAPÍTULO 5

POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE 117

1. POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS 119
2. CONCEITOS NORMATIVOS AMBIENTAIS 120
3. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE 121
4. SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – SISNAMA 124
5. ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO SISNAMA 126
6. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – CONAMA 127
   6.1. Competências do CONAMA 127
   6.2. Constituição e funcionamento do CONAMA 129
   6.3. Resoluções do CONAMA 131
7. O IBAMA E O INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE 131
8. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE 133
9. SINIMA – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O MEIO AMBIENTE 135
10. ZONEAMENTO AMBIENTAL 136
    10.1. Zoneamento Ecologico-Econômico – ZEE 137

11. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL – AIA 139
11.1. Estudo Prévio de Impacto Ambiental 143
11.2. Os Princípios Ambientais no EPIA-RIMA 146
12. LICENCIAMENTO AMBIENTAL 148
12.1. Etapas do licenciamento ambiental 149
12.2. Licenças ambientais 150
12.3. Competência para o licenciamento ambiental 152

CAPÍTULO 6
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO MEIO AMBIENTE 155
1. O MEIO AMBIENTE NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 155
2. ESTADO CONSTITUCIONAL ECOLÓGICO 159
3. COMPROMISSO DA CONSTITUCIONALIDADE AMBIENTAL 161
4. NOVO PARADIGMA DA JURIDICIDADE AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 163
5. NOVO PARADIGMA ÉTICO-AMBIENTAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 165
6. DEVER DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PARADIGMA CONSTITUCIONAL AMBIENTAL 170
7. DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE 172
8. O MEIO AMBIENTE COMO DIREITO DE NATUREZA METAINDIVIDUAL 176
9. DESTINATÁRIOS DA NORMA CONSTITUCIONAL AMBIENTAL 182
10. DEVER DE SOLIDARIEDADE ENTRE AS GERAÇÕES 186
11. O MEIO AMBIENTE COMO BEM JURÍDICO AUTÔNOMO 189
12. MEIO AMBIENTE – UM CONCEITO MULTIDIMENSIONAL 195
13. O MEIO AMBIENTE E SUA ASSIMILAÇÃO NA DIMENSÃO JURÍDICA 198
14. ABRANGÊNCIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL 200

CAPÍTULO 7
COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS NA ÁREA AMBIENTAL 203
1. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO 205
2. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE 206
3. COMPETÊNCIA ADMINISTRATIVA COMUM 207

4. O MUNICÍPIO NA DISTRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS 210
5. COMPLEXIDADE DA DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS AMBIENTAIS 212
6. DESCENTRALIZAÇÃO E PACTO FEDERATIVO NA AGENDA 21 BRASILEIRA 215

CAPÍTULO 8

TEORIA GERAL DO DIREITO AMBIENTAL 217

1. FUNÇÃO DA NORMATIVIDADE AMBIENTAL 217
2. COMPROMISSO DO DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL BRASILEIRO 221
3. DESAFIOS DA NORMATIVIDADE AMBIENTAL 225
4. OBJETO DO DIREITO AMBIENTAL 228
5. CARACTERÍSTICAS DO DIREITO AMBIENTAL 229
   5.1. A multidisciplinaridade do Direito Ambiental 229
   5.2. A interdisciplinaridade do saber ambiental 230
   5.3. A transversalidade do Direito Ambiental 233
   5.4. Diálogo do Direito Ambiental com outras disciplinas 235
   5.5. Relação do Direito Ambiental com outros ramos do Direito 235
6. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL 238
   6.1. Princípios no constitucionalismo moderno 238
   6.2. Principiologia ambiental 241
   6.3. Princípio do Desenvolvimento Sustentável 243
   6.4. Princípio da Precaução 248
   6.5. Princípio da Prevenção 253
   6.6. Princípio do Poluidor-Pagador 255
   6.7. Princípio da Participação 259
   6.8. Princípio da Informação 263
   6.9. Princípio da Cooperação 265
   6.10. Princípio da Função Socioambiental da Propriedade 268
   6.11. Princípio da Responsabilização Integral 276

CAPÍTULO 9

SISTEMA DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL 281

1. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL 282
2. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA 286
   2.1. Infração administrativa ambiental 287

2.2. Do processo administrativo ambiental 288
2.3. Sanções aplicáveis às infrações administrativas ambientais 292
2.4. Natureza da responsabilidade administrativa ambiental 294
3. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL 296
3.1. A Lei de Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/1998 298
3.2. Características dos crimes ecológicos 299
3.3. Das sanções dos crimes ecológicos 301
3.4. Responsabilidade penal da pessoa jurídica 304
3.5. O princípio da Insignificância nos crimes ecológicos 307

CAPÍTULO 10
REGIME DE PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE NATURAL 313
1. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL AO MEIO AMBIENTE NATURAL 313
2. REGIMES JURÍDICOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NATURAL 315
3. REGIME JURÍDICO DE PROTEÇÃO À BIODIVERSIDADE – A POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE 318
4. REGIMES JURÍDICOS ESPECÍFICOS DE PROTEÇÃO À FLORA 327
4.1. Espaços territoriais especialmente protegidos 327
4.2. Código Florestal Brasileiro 330
4.3. Área de Preservação Permanente 331
4.3.1. Tipos de Áreas de Preservação Permanente 332
4.3.2. Supressão das Áreas de Preservação Permanente 338
4.3.3. Cobertura vegetal e o direito a indenização 339
4.3.4. Infrações penais e administrativas nas Áreas de Preservação Permanente 341
4.4. O Código Florestal e a Reserva Legal 342
4.4.1. Localização e averbação da Reserva Legal 344
4.4.2. Reserva Legal e infração administrativa 345
4.4.3. Recomposição da Reserva Legal 347
4.4.4. Compensação da Reserva Legal 349
4.5. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC 350
4.5.1. Categorias de Unidades de Conservação 352

4.5.2. Unidades de Conservação de Proteção Integral 354
4.5.3. Unidades de Conservação de Uso Sustentável 355
4.5.4. Da compensação ambiental 357
5. O PARADIGMA CONSTITUCIONAL DE PROTEÇÃO À FAUNA 361
5.1. Do conceito jurídico de Fauna 363
5.2. Fauna e sua classificação 363
5.3. Evolução legislativa ambiental de proteção à Fauna 366
5.4. Da amplitude constitucional do conceito de crueldade 368
5.5. O antropocentrismo como entrave cultural à aplicação do conceito jurídico de crueldade 370

CAPÍTULO 11

MEIO AMBIENTE DO TRABALHO 373

1. FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS 373
2. DEFINIÇÃO E ABRANGÊNCIA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO 375
3. DO DIREITO AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO EQUILIBRADO E A DIGNIDADE DA PESSOA DO TRABALHADOR 378
4. REGIME SISTEMÁTICO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO 380
4.1. Previsão constitucional 380
4.2. Da Política Nacional do Meio Ambiente 381
4.3. Da responsabilidade objetiva do empregador no Meio Ambiente do Trabalho 383
4.4. Da Consolidação das Leis Trabalhistas e as Normas Regulamentadoras (NR) 385
4.5. A Consolidação das Leis do Trabalho e o Poder de Política Ambiental 387
4.5.1. Da Interdição, do Embargo e da Greve 390
4.6. Dos Equipamentos de Proteção Individual – EPIs 390
4.7. Das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPAs 392
4.8. Do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA 393
4.9. Da Lei Orgânica da Saúde e das Leis de Benefícios e Custeio da Previdência Social 393
5. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT 395
5.1. Convenção OIT nº 155 396

5.2. A OIT e da abrangência do termo saúde 397
5.3. A OIT e o Programa Internacional para Melhoramento das Condições e do Meio Ambiente do Trabalho - PIACT 398
6. DEVER DE DEFESA E PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO 399
7. DIREITO DE INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO 402
8. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO 404

CAPÍTULO 12
MEIO AMBIENTE URBANO 405
1. A REFORMA URBANA PROPOSTA PELO ESTATUTO DA CIDADE 407
2. O PLANO DIRETOR 408
3. GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE 410
4. A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA 412
5. DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA 414
6. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA URBANA 417
A. Parcelamento, edificação ou utilização compulsórios 419
B. IPTU Progressivo no tempo 419
C. Desapropriação com pagamento em títulos 421
7. OS DESAFIOS DO ESTATUTO DA CIDADE 422

CAPÍTULO 13
ÉTICA AMBIENTAL 425
1. SOCIEDADE TECNOLÓGICA 425
2. A ÉTICA TRADICIONAL 427
3. UMA NOVA ÉTICA PARA A SOCIEDADE TECNOLÓGICA 429
4. A CARTA DA TERRA 431

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 441